

O lugar da História no consumo do chamado patrimônio histórico

Urpi Montoya Uriarte*

Resumo

Costuma-se dizer que é preciso conservar o patrimônio histórico porque ele mantém viva a memória e a identidade de um povo e, assim, torna-se uma forma de instruir as novas gerações sobre um tempo que é necessário não esquecer. A questão é: que tempo? Realizamos uma pesquisa, com grupos de visitantes do centro histórico de Salvador – Pelourinho –, que consistiu em acompanhar suas visitas, escutar os discursos dos guias, anotar seus comentários e conversar com eles, além de termos aplicado 62 questionários. Os resultados foram: poucos visitantes realmente se interessam pela história do local, estando em sua grande maioria mais interessados em desfrutar de experiências hedônicas ou contemplar esteticamente o local. Concluímos, assim, que qualquer política do patrimônio que pretenda conservá-lo com a finalidade de transmitir a memória terá de pensar em estratégias para que os centros históricos (vivos) não se confundam com museus, não simplifiquem seu presente nem reduzam o espaço a fachadas cujos sentidos históricos não são buscados, muito menos entendidos.

Palavras-chave

Centro Histórico. Patrimônio. Memória.

Abstract

It is often said we must preserve historical heritage because it keeps the memory and the identity of particular people alive, and therefore becomes a way of educating new generations about a time worth remembering. The question is: what period of time? We carried on a study with groups of visitors to the historical center of Salvador, known as *Pelourinho*. This study included accompanying their visits, listening to the touristic guides' speeches, writing their comments, and chatting with them. We also have applied 62 questionnaires. The results pointed out that few visitors were really interested in the place history, being mostly more interested in enjoying hedonic experiences or in an aesthetically contemplation of the place. We thus concluded that any policy intending to preserve cultural heritage in order to transmit memory will have to take into account strategies to avoid confusing (alive) historical centers

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (São Carlos/Brasil) e professora adjunta do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (Salvador/Brasil). E-mail: urpi@terra.com.br.

with museums, simplifying their present time or reducing spaces to facades whose historical senses are not pursued, much less understood.

Keywords

Historical Center. Heritage. Memory.

Brevíssima história

Salvador foi durante mais de 200 anos (1549-1763) a capital do Governo Geral do Brasil. Seu desenvolvimento econômico esteve diretamente relacionado com a cana-de-açúcar. A riqueza proporcionada por esse cultivo se reflete na arquitetura erigida por sua classe dominante entre os séculos XVI e XVIII. Dessa opulência restam atualmente mais de 3.000 casarões, monumentos, igrejas e conventos, concentrados no que hoje se conhece como centro histórico da cidade.

Em finais do século XIX se iniciou a migração das classes dominantes (brancas) em direção a outras áreas da cidade, dando início a uma paulatina ocupação dos casarões pelas classes mais pobres (negras). Na década de 1960 do século passado, esse bairro já estava plenamente associado com a pobreza, a decadência e a prostituição. Não obstante essa pobreza, desenvolveu-se no Pelourinho, a partir da década de 1970, um importante movimento musical e de identidade negra que se ancorava na ideia de resistência da cultura africana em Salvador e se materializava em práticas, tais como a capoeira, o candomblé, a música, e no som de instrumentos de percussão.

O bairro era local de moradia de dois grandes mestres da capoeira (Mestre Bimba e Mestre Pastinha), de várias casas de candomblé, lócus de diversas tradições associadas ao povo de santo – como a festa de Santa Bárbara (ou Iansã) no dia 4 de dezembro, a missa de terça-feira na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos a cargo da Irmandade dos Homes Pretos, e a Bênção da Terça na Igreja de Santo Antônio, frequentada pelos devotos de Ogun (identificados com Santo Antônio). Foi nas ruas do Pelourinho que surgiu o Grupo Olodum, uma banda musical cuja força está no toque de seus tambores, e um dos criadores do ritmo samba-reggae, que se popularizaria em diversos blocos afros do carnaval baiano. Finalmente, nesse bairro se localizavam importantes bares de reggae (como o “Bar do

Reggae” e o “Cravinho Rastafári”), nos quais se rendia tributo à Jamaica. Em poucas palavras, o Pelourinho era um bairro residencial muito pobre, de população majoritariamente negra e que estava em vias de se constituir num bairro de referência para a construção da identidade negra e a produção cultural negra da cidade.

Tais características não foram levadas em consideração quando se iniciou o processo de “recuperação” maciça do local, em 1993, por iniciativa e com recursos do Estado da Bahia. Recuperaram-se os casarões, pintaram-se as fachadas em tons coloridos e se valorizaram as igrejas católicas. Com seus habitantes, porém, o que aconteceu foi uma enorme expulsão – mais de 3.000 pessoas expulsas e que receberam simbólicas indenizações (MONTROYA URIARTE, 2003) – e as velhas casas empobrecidas se transformaram em renovadas lojas, restaurantes, albergues, hotéis e ateliês. Assim, a intervenção estatal transformou o bairro residencial e de forte carga simbólica para a população pobre da cidade num espaço turístico e de diversão, isto é, num espaço de consumo, ócio, encenação, teatralização e espetáculo (HIERNAUX, 1996; URRY, 1996).

O patrimônio para seus visitantes

A intervenção no Pelourinho se justificou sob o argumento de um patrimônio nacional e internacionalmente reconhecido, já que declarado Patrimônio da Humanidade desde 1985. Supostamente, toda salvaguarda do patrimônio é feita para preservar a memória de um povo e, desta forma, proporcionar um conhecimento melhor de sua história e raízes. Cremos que é necessário investigar se tais premissas são efetivamente praticadas entre a população que frequenta o Pelourinho. Conhecer a forma como os usuários passeiam por esse centro e as opiniões sobre o que aprenderam, de que desfrutaram ou simplesmente não de que gostaram são importantes fontes para avaliar se a condução da salvaguarda do patrimônio está sendo feita de forma coerente com seus objetivos. É evidente que o consumo do patrimônio não é de inteira responsabilidade da forma como se conduz a preservação dele. Mas, certamente, induz a uma forma de apropriação e não a outras. Nesta seção apresentaremos a maneira como os turistas do Pelourinho consomem o patrimônio e a memória que supostamente se associa a este e, na seção seguinte, discutiremos em que medida esse consumo está relacionado à forma como o patrimônio é colocado em cena.

Os dados aqui apresentados foram extraídos de uma pesquisa mais ampla, realizada entre os anos de 1999 e 2001, intitulada “Usos, usuários e significados do Pelourinho ‘recuperado’”, que contou com o apoio financeiro de uma bolsa de Desenvolvimento Científico Regional (DCR/CNPq) e cujos resultados encontram-se sistematizados num relatório final (MONTROYA URIARTE, 2002). A pesquisa pretendia verificar quem consumia o novo espaço do Pelourinho, como o fazia e quais significados eram criados em termos de coletividade. Apesar de terem sido empregados diversos métodos quantitativos e qualitativos, o método principal da pesquisa foi o etnográfico, muito bem resumido pela antropóloga Fraya Frehse como uma

...maneira específica de conhecer a vida social. Sua peculiaridade: sua fundamentação existencial numa impregnação profunda, no pesquisador (em seu corpo e sua alma, em sua inteligência e sensibilidade), da imprescindibilidade da busca por aquilo que Eduardo Viveiros de Castro denominou ‘diálogo para valer’ com o Outro, sendo o conhecimento forjado justamente a partir dos resultados desse diálogo (FRESHE, 2011:35).

Foi, assim, um trabalho com pessoas concretas que usavam o centro histórico, que praticavam o lugar e tinham pontos de vista sobre esse espaço. Mediante a técnica da observação-participante, dialogamos com comerciantes, moradores, ambulantes, frequentadores nativos e turistas. A parte específica da pesquisa com os turistas foi feita em situações diversas e mediante três tipos de abordagem: uma espontânea, nas ruas ou lojas do Pelourinho, “puxando” conversa e tentando levar a conversação para entrevistas semiestruturadas a serem realizadas em outro momento mais calmo; nos espaços coletivos dos diversos hotéis, pousadas e albergues do centro histórico, especialmente no horário das refeições ou do café; e no acompanhamento de trajetos encabeçados por guias turísticos de diversas agências da cidade de Salvador¹.

Dos mais de 100 turistas abordados resultaram extensas anotações em cadernos de campo, entrevistas semiestruturadas e 62 questionários que nos permitiram elaborar a tipologia aqui apresentada, segundo a qual os turistas do Pelourinho podem ser divididos em três grupos que se diferenciam pela

¹ Esta etapa da pesquisa foi realizada no verão de 2000 e contou com a colaboração de duas graduandas do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, Bárbara Falcão e Sheila Portugal.

forma como consomem o patrimônio. O primeiro grupo é composto por aqueles que o visitam com um objetivo primordialmente arquitetônico e histórico. Contemplam igrejas e outros monumentos com atitude reverente e ouvem os guias com atenção:

Caderneta de campo: acompanhando um grupo de argentinos, uruguaios e um chileno.

As perguntas deste grupo são interessantes. Quando Cissa [a guia] fala do Museu de Arte da Bahia, um deles pergunta os horários de visita. Quando ela fala das casas do Corredor da Vitória, um deles pergunta se os prédios novos são residenciais. Uma delas me pergunta pelo estilo da Prefeitura, pois “em nossos países é um estilo diferente!”. No Pelourinho, perguntam quem são os proprietários das casas. Perguntam se pessoas moram nelas. É um grupo muito interessado, muito atento às explicações da guia. Na Igreja de São Francisco, ela se distrai e pergunta “o que estava dizendo?”. Rapidamente, eles relembram o tema em questão: “os índios na Colônia... o filme A Missão”. Eles participam da explicação, acrescentando informações e comentários. É um diálogo de história. Um deles pergunta (referindo-se a Costa Pinto, que tem um museu com seu nome no Corredor da Vitória): “Como um traficante de escravos adquire relevância e é glorificado aqui?”. Uma turista lhe responde: “É a história, não podemos negá-la”. Todos concordam.

São geralmente estrangeiros (muitos deles europeus), com alto poder aquisitivo (hospedados nos melhores hotéis da cidade, isto é, fora do centro histórico), de idade mediana e com ampla experiência de viagem. Em geral, ficam poucos dias na cidade e viajam por diversas cidades do país. Em Salvador, visitam outros lugares turísticos, sempre com guias muito bem preparados e fluentes em sua língua materna. No Pelourinho, interessam-se principalmente pelas igrejas e as periodizações arquitetônicas dos seus materiais e objetos. Como não há grandes ou famosos museus nessa parte do centro antigo, não visitam esse tipo de espaço. Fazem poucas fotos, não entram em lojas, não compram bebidas (nem água), comida ou artesanato, não se detêm nas ruas nem demonstram interesse pelos nativos que nela circulam:

Caderneta de campo: acompanhando um casal de franceses e suas duas filhinhas.

O casal não compra nada dos vendedores ambulantes, que lhes oferecem diversos produtos, mesmo os guias mostrando a eles que não são pessoas “perigosas”. Com efeito, os guias conhecem grande parte deles e os cumprimentam. Os vendedores veem que

são franceses e dizem “bonjour” e apresentam suas mercadorias. Albérico [o guia] pega um livrinho de fotos de um deles e começa a mostrar-lhes algumas das fotos: as baianas de acarajé, a Igreja do Bonfim, as praias, o Pelourinho etc. Mas eles não compram nenhuma. Aliás, nem se interessam por ver o que é que está sendo oferecido. Nem sequer olham ou trocam palavras ou gestos com os vendedores.

As explicações de seus guias turísticos costumam ser muito detalhistas. É tanta a informação que há, inclusive, aqueles que anotam em cadernos para não esquecer os valiosos detalhes:

Caderneta de campo: a História, com H maiúscula.

Entramos no Convento de São Francisco e Lise [a guia] dispensa muito tempo descrevendo e explicando os azulejos do pátio. Neste lugar, há poucos turistas não acompanhados. E eu me lembro que, quando visitei o Pelourinho pela primeira vez, não entrei nesse lugar. Ela fala do azul e branco e do polícromo posterior a meados do século XVIII. Tira uns papéis de sua bolsa e lê as explicações de algumas das alegorias que aparecem nas paredes do convento. Diz que as tirou de um livro antigo da biblioteca. As explicações remontam a lendas greco-romanas. O seu discurso é muito histórico: fala do sistema de Capitânias que foi implantado no início da colonização... E tanta informação! Pergunto-me se os turistas conseguem ouvir tudo com atenção, se não se cansam de uma aula de 4 horas... Questiono-me se todas essas coisas lhes interessam realmente. Eles não prefeririam estar na praia, tomando sol? Um turista sai de um navio para ter uma aula intensa e cansativa? Sai do sol e do mar para ver igrejas? Faço essas perguntas a um casal e eles me responderam o seguinte. Ela diz que era professora e que essas coisas sempre lhe interessam. Por outro lado, eles mesmos escolheram esse passeio, optaram por isso. Informam-me que lhes foram oferecidas várias opções: ou ficavam no navio, ou saíam a sós e passeavam em táxi; ou saíam em tour panorâmico pela cidade-presente; ou saíam no tour histórico. Dos 380 franceses do navio, 31 escolheram fazer esse passeio, portanto, se interessam pela história e gostam de igrejas. Um deles me diz: “o turista não é um só, cada um tem suas preferências e exigências, seus centros de atenção”. Assim, das 2.000 pessoas do navio, formou-se esse pequeno grupo, dos franceses-históricos-com guia, digamos assim. Com efeito, o interesse chega a tanto que vejo uma senhora com um papel, tomando nota. Aproximo-me e lhe pergunto o porquê das anotações: “porque assim não esqueço e chegando lá não acabo misturando todas as informações”. Numa conversa posterior vejo que se trata de uma mulher especial: faz trabalho social na Ásia, no Camboja, incentivando a educação das crianças financiadas por casais franceses.

Impressiona gratamente esse interesse pelo passado e essa perseverança por ter uma aula de história ao ar livre e sob um sol escaldante. O problema desse tipo de turismo é que parece esquecer que se trata de um espaço presente, vivo e não de um museu ou uma ruína. Para eles, fazer turismo num centro histórico é viajar num tempo passado: interessar-se por datas, estilos, cotidiano e personagens de outro tempo. Assim, o Pelourinho é consumido como um lugar de outro tempo: o da cana-de-açúcar, do estilo barroco, da opulência colonial. Ao acompanhar esse tipo de turistas em outros *tours*, pude constatar que o interesse pelas pessoas, o que é vivo e o presente, reserva-se a outro tipo de espaços, considerados, esses sim, vivos (como se o Pelourinho não fosse vivo também): mercados (em Santo Amaro), assentamentos dos sem-terra (no Recôncavo baiano) e fábricas de farinha de mandioca ou charutos (em Cachoeira). Nesses lugares, o discurso do guia se centra no presente, na atualidade econômica, social, na saúde, no desemprego. Os turistas veem as plantas medicinais, experimentam frutas diferentes, perguntam para que servem objetos estranhos. Porém, no Pelourinho, evitam-se as pessoas, interessam apenas as igrejas e o barroco lusitano de uma era passada de opulência.

O segundo tipo de turista é conformado por grupos que não se interessam pelo aspecto arquitetônico ou histórico e sim por visitar um cenário famoso, fotografar muito e provar, assim, que “eu estive ali!”:

Caderneta de campo: a foto para os turistas brasileiros com guia.

A ênfase das fotos sobressai novamente: no ônibus, o guia faz questão de repetir muitas vezes para eles prepararem as máquinas porque se aproximam dos Orixás do Dique do Tororó. Com efeito, muitos tiram fotos nesse lugar, mesmo estando o tempo fechado, com chuva. Em outro momento, após uma chuva forte, uma senhora comenta “vou ficar linda para a foto”, fazendo alusão ao seu cabelo molhado. No Pelourinho, um deles paga para ficar na foto entre capoeiristas, parecendo um deles (...). Fazem fotos com as baianas, que os interpelam com frases como “bom dia, uma foto com a baiana”, “gente, estou aqui para ser fotografada por você!”.

É possível afirmar que esse tipo de turistas é fruto dos anos 1990, quando o Pelourinho se tornou internacionalmente reconhecido devido ao cantor norte-americano Paul Simon, que conheceu o trabalho do grupo de percussão Olodum e gravou uma música com eles (o que lhe rendeu o prêmio Grammy de 1991, na categoria “world music”). Alguns anos depois, em 1997, Michael Jackson gravou cenas de um videoclipe com a mesma banda Olodum, na ladeira do Pelourinho, vestindo a camiseta tradicional do

grupo. Através dessas figuras internacionais, o Pelourinho se tornou famoso para o grande público e, para muitos, ficou associado com o grupo Olodum. É essa notoriedade e, ao mesmo tempo, suposto tradicionalismo do lugar (a “etnicidade”² de sua população), que interessa a esse segundo tipo de turistas que encontramos em nossa pesquisa.

Ele se compõe, em sua maioria, de brasileiros do Sul e Sudeste, que compram suas passagens através de agências turísticas que financiam a viagem de seus clientes em muitas parcelas. A idade deles é semelhante à do primeiro grupo. Visitam o centro histórico em grupos grandes de aproximadamente 40 pessoas. O passeio (essa é a palavra correta) se concentra mais em ruas e lojas do que em espaços fechados. Nada de museus e só uma igreja (São Francisco e não a Catedral). A explicação dos guias é muito menos detalhista na medida em que a formação das pessoas não o exige, assim como o tamanho do grupo não o permite. Resume-se a referências como “esta é a Igreja de São Francisco e aquela é a Catedral”. Quando se aborda a história, esta bem poderia ser com “h” minúscula: muitos superlativos (a Igreja de São Francisco se torna “a mais bela da América Latina”, “levou 40 anos para ser construída!”), muitas anedotas (“aqui foi filmado tal filme...”), muito leve (“sabem por que as igrejas tinham duas portas?”), com muitas curiosidades (“o altar tem 500 quilos de ouro”). Não obstante, a maioria sai satisfeita do passeio.

Os turistas que compõem esse segundo grupo compram muitas “lembranças de viagem”, tanto nas lojas quanto na mão dos vendedores ambulantes (e sempre negociando o preço!). Consomem comidas, bebidas e tudo aquilo que for “típico”: fotos com personagens “típicos” (como as “baianas”), elaboração de tranças “típicas” (à moda rastafári ou africana), pinturas “típicas” (quadros com casinhas coloridas em estilo primitivista, representando o Pelourinho).

Todos visitam o lugar com imagens claras do que irão encontrar. Querem estar nos lugares que viram na televisão (“é muito bom vê-lo ao vivo, porque o vemos muito na TV”). O olhar desse turista é, assim, um olhar semiótico, em busca de sinais do típico e tradicional e, fora isso, não há outros interesses. Não se perguntam pela autenticidade dos objetos “típicos” que consomem, nem de que tempo é o lugar onde estão. Sem história, os monumentos que

² Coloco a palavra entre aspas para enfatizar o sentido dado pelo senso comum, como sinônimo de exótico.

conformam o patrimônio perdem qualquer sentido, transformam-se em meros cenários, vazios de conteúdo.

O terceiro tipo de turista é composto tanto por estrangeiros quanto por brasileiros, ambos relativamente jovens. Hospedam-se em pequenos hotéis ou pousadas, no próprio centro:

Caderneta de campo: a chegada dos “mochileiros”

Um grupo de cinco mochileiros passa em direção à Igreja de São Francisco. Aparentam estar cansados e à procura de local para se hospedar. Contatos com nativos são travados para negociar o tipo e o preço das hospedagens que desejam. Vão todos para um albergue, onde pagam aos informantes pela “ajuda”. Pergunto a um deles quanto pagou: “Paguei 5 reais para um nativo me trazer aqui. Eu não sabia onde ficar. Em todos os locais há sempre quem leve os turistas com mochilões/bags às pousadas/albergues”, me disse um deles.

Costumam ser chamados de “mochileiros”, embora essa expressão esconda níveis econômicos bastante diferenciados entre eles. Uma das diferenças com os outros dois tipos de turistas já descritos é que estes visitam o centro a sós e de uma forma mais calma, o que lhes permite um olhar mais aprofundado do local e um sentido crítico maior:

Caderneta de campo: comentários feitos por alguns “mochileiros”

Suzana, uruguaia, me diz: “O turista tem pouco tempo. Vem feroz para absorver. Não me sinto turista. Procuo conhecer as pessoas, o local. Me sinto confortável aqui com as pessoas, as formas de pensar”. Glenn, da Austrália, comenta: “a pobreza é imensa. As oportunidades são ínfimas. Gasta-se muito em construções e não se faz nada com a educação”.

Eles não frequentam apenas museus ou igrejas, nem são estes os locais que mais lhes chamam a atenção. Dizem interessar-se pelo conjunto, o casario, e, dentro deste, pelo “clima humano”, a alegria, o “espírito” do lugar: cheiros, pessoas, cores, musicalidade, dança:

Caderneta de campo: o que os “mochileiros” mais gostam no Pelourinho

“O que mais gosto é essa mistura, liberdade, movimento” (Gabriel, Itália), “a alegria, o movimento, a mistura” (Rafael, Espanha), “o clima humano” (Kátia, do Rio), “a cultura” (Kate, da França), “a cultura, a influência africana e música me fez escolher este lugar” (Glenn, Austrália), “as pessoas... a riqueza está na mistura das cores, cheiros, espíritos, a magia” (Suzana, Uruguaia).

Em outras palavras, os turistas desse grupo vêm viver um centro histórico vivo e animado (a Secretaria da Cultura do Estado da Bahia patrocina uma intensa agenda cultural no Pelourinho):

Caderneta de campo: viver e não apenas olhar

“O primeiro motivo foi viver o carnaval de Salvador, para dançar, e não o do Rio de Janeiro, para se olhar desde as arquibancadas do Sambódromo. Desde pequena conheço a existência deste lugar. Um tio me falava do Brasil. O carnaval daqui é uma festa que inclui a gente”, diz Viviane, francesa.

Tanto quanto o segundo tipo de turistas, esses fazem também muitas fotos, mas, em contraste com aqueles, não estão procurando imagens típicas. As suas são fotos de pessoas e objetos, não necessariamente uma reprodução dos cartões postais convencionais. Como os segundos, compram muitas coisas, porém, de novo, com uma diferença: não é para presentear “lembranças típicas do lugar” a parentes ou amigos e, sim, para eles mesmos usarem: adotam o que podemos chamar de “estilo Pelourinho”, que consiste em usar tranças, calças coloridas e folgadas no estilo Olodum, gorros rastafári, camisetas dos blocos de carnaval ou com lemas “bem baianos” como “No Stress” ou “Xô Stress”, sandálias de couro, óculos de sol bem extravagantes no estilo Carlinhos Brown e, claro, muitas “fitinhas do Bonfim”.

Nem procurando história nem tipicidade: esse terceiro tipo de turista procura uma experiência hedonista com o exótico, isto é, segundo a definição de Todorov (1991), o que se valoriza ou elogia mesmo sem conhecer. É justamente da incompreensão do local que, para eles, nasce o encanto do lugar. A busca pelo exótico permite que os interessados no “espírito do local” possam consumi-lo sem se perguntar ou se preocupar pela sua autenticidade, seu passado recente ou antigo, limitando-se ao comentário: “é muito lindo”. Parecem não ser muito conscientes de que o Pelourinho (“lindo!”) se parece cada vez mais com outros tantos espaços históricos “lindos” que seguem a receita padronizada da Unesco sobre o que fazer com eles. Com efeito, como escrevem Turner e Ash, “a busca pelo exótico e o diverso conduzem à uniformidade” (1991:453).

Retórica, encenação e consumo do patrimônio

A Unesco tem um papel fundamental no atual e generalizado processo de salvaguarda do patrimônio, processo que estaria criando, segundo Huysen

(2000), uma “cultura da memória”. Seguindo os critérios da Unesco, em 1985, o governo brasileiro inscreveu o centro histórico de Salvador na Lista do Patrimônio Mundial, argumentando que ele mantém a estrutura urbana original do século XVI. De fato, o Pelourinho conserva igrejas, ruas e casas, sendo apresentado pelo site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como “um dos mais ricos conjuntos urbanos de origem portuguesa no Brasil” ou “o maior conjunto arquitetônico barroco do Brasil”. O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) reiterou esse argumento e o fato de ser esse centro “um dos principais pontos de convergência das culturas europeias, africanas e ameríndias dos séculos XVI ao XVIII” (Parecer de ICOMOS apud SILVA, 2003:91). Assim, para o discurso oficial brasileiro, o Pelourinho é basicamente um patrimônio arquitetônico que expressa o barroco português dos séculos XVI ao XVIII.

Seguindo a lógica do atual e imperante “dever patrimonial” (JEUDY, 2008), sua salvaguarda justificou que esse espaço deixasse de ser vivido, praticado e significado pela sua população residente e seus usuários externos para se tornar o que Nora (1997) batizou como “lugares de memória”, isto é, lugares que fixam um estado de coisas, que param nele o tempo, que congelam e museificam.

A retórica do patrimônio sustenta que salvá-lo é fundamental porque com ele se relacionam a memória, a identidade e a criatividade dos povos, além da própria riqueza das culturas (lê-se no site da Unesco “O patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas”). Na seção “O patrimônio: legado do passado ao futuro”, a Unesco reafirma a importância deste em relação à identidade e à produção da cultura, acrescentando sua importância temporal:

o patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade.

Assim, o discurso oficial afirma que o Pelourinho é parte da identidade dos habitantes de Salvador e o transforma num “lugar de memória” que, como escrevemos, por definição, congela. A pergunta imediata é: o que se congela exatamente no Pelourinho? Segundo Néstor García Canclini, os lugares de memória congelam uma suposta origem, são um “esforço por simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação com a

qual deveríamos atuar hoje em dia” (CANCLINI, 1990:152). Essa origem, no caso do Pelourinho, estaria na cultura lusitana, no estilo barroco, na prosperidade de uma época. Museifica-se, portanto, uma parte de uma época, uma classe e um estilo. A política de salvaguarda do patrimônio seleciona a herança de uma classe (arquitetura), de um estilo (barroco) e de um tempo muito antigo (a prosperidade dos séculos XVI ao XVIII) e, ao mesmo tempo, elege (através da recentemente extinta Secretaria de Turismo e Cultura) alguns exemplares descontextualizados da “cultura baiana”, compondo a imagem de um lugar supostamente “típico” da “baianidade”. Finalmente, essa política efetua uma terceira escolha: apenas certos ritmos são subvencionados pelo Estado para “animar” o local, tornando-o atraente para aqueles que procuram entretenimento.

Através dessas três seleções o patrimônio é colocado em cena no Pelourinho e estamos convencidos de que essa forma de apresentá-lo nos ajuda a entender as três formas de consumi-lo encontradas nos turistas investigados. A arquitetura é consumida por um pequeno grupo que concebe o centro histórico como espaço restaurado, que lhes permite viajar no tempo e voltar ao século XVIII. São as igrejas os espaços mais visitados por eles, e o presente é absolutamente desconsiderado. Por outro lado, o discurso e a imagem da “baianidade” estão claramente no cerne do consumo do centro histórico por aqueles que o veem e vivem apenas como cenário, sem conteúdo histórico: são as lojas do “típico” os locais que mais se frequentam nele. Finalmente, a “agenda cultural” promove o terceiro tipo de consumo: como cenário exótico para experiências hedonistas. Para esses turistas, os espaços escolhidos não são nem as igrejas nem as lojas, mas as ruas e praças com animação oficial.

Dito em outras palavras, há os que consomem história sem presente, outros que consomem um cenário sem história, e aqueles que consomem experiência sem história. Justifica-se um gasto tão elevado na conservação do patrimônio para que a maioria dos usuários externos não o signifique em termos históricos? Não estamos tentando dizer que o patrimônio histórico deva ser abandonado, mas que precisamos repensar a forma como ele é “montado” para seu uso. O problema advém da forma basicamente estética como o patrimônio é concebido ou tratado: é a arte, a arquitetura, a pintura e a música o que se patrimonializa. Trata-se de fachadas e objetos descontextualizados da sociedade, economia e política que lhes davam e dão sentido. A ênfase na estética explica por que a maioria dos turistas não se

interessa pela história do lugar nem pelos museus presentes nele³, pois a beleza pede contemplação, não entendimento.

A política esteticista pode contribuir para a conservação do patrimônio, mas certamente não para a sua compreensão. Para haver tal compreensão, a arte deveria, também, ser história. Entretanto, conforme nos adverte Choay (1992), essa conversão de arte em história adveio de um contexto geográfico e histórico muito particular, a Europa do século XVIII. Quando a política do patrimônio se difunde no mundo inteiro, independentemente das particularidades históricas locais, o resultado é, na feliz expressão de Rama (1985), “ideias fora do lugar” (veja-se também MARICATO, 2002). Em palavras de Choay:

Adotar as práticas de conservação dos monumentos históricos sem dispor de um quadro histórico de referência, sem atribuir um valor particular ao tempo e à duração, sem ter convertido a arte em história, é tão destituído de significado como praticar a cerimônia do chá ignorando o sentimento japonês da natureza, o shintoísmo e a estrutura nipônica das relações sociais. (CHOAY, 1992:21).

Em busca de outra política do patrimônio

É uma ilusão acreditar que é possível haver um consenso coletivo entre os diversos grupos e classes em relação a uma herança comum, supostamente importante, chamada “patrimônio”. A política do patrimônio será sempre a política de um grupo em relação a uma herança e um tempo. O que se pode tentar é uma política democrática do patrimônio, que consistiria em se perguntar e perguntar aos outros: o que é que querem preservar do passado? Nesse sentido, Lynch escreveu, faz certo tempo, que “aquilo que se salve deve estar baseado no que os usuários desejam lembrar ou conseguem relacionar consigo mesmos. Isso implica que o urbanista procurará averiguar o que lembram e desejam lembrar os habitantes” (LYNCH, 1975:70). Tal perspectiva supõe necessariamente a valorização não só do passado, também do presente.

³ Esse esteticismo nos ajuda a entender, também, o porquê da expulsão dos moradores do Pelourinho (MONTROYA URIARTE, 2012): a ideia era deixar o local “mais bonito”, “mais limpo”.

Afirmar a conservação do valor presente e a perspectiva do usuário leva esse autor a assumir uma atitude crítica em relação à preservação:

Insisto que, em lugar de nos limitarmos a salvar coisas, o uso das coisas salvas deve nos dizer algo. O dinheiro conseguido renunciando à preservação se gastaria em educação (...). O sentido do correr do tempo é mais valioso, atrativo e comprometedor que um conhecimento formal de épocas remotas. Temos de criar coisas novas e permitir que outras sejam esquecidas. (LYNCH, 1975:274).

O Pelourinho poderia ter sido outro se as autoridades tivessem perguntado o que significa o pelourinho – esse instrumento de castigo e tortura dos escravos negros que deu o nome ao bairro – para a população negra? Viajemos na imaginação: como seria o Pelourinho cujo foco central de intervenção tivesse sido o pelourinho? Teria, contudo, sido realmente “mais correto” priorizar essa leitura? Haveria de se considerar que espaço tem esse instrumento na memória dos negros vivos. Sabemos que, na memória oficial do Brasil (verificável nos textos escolares de história), a escravidão é tratada como um mal inevitável, que foi coerente com o modelo colonial implantado. Em grande medida, portanto, ela é justificada (ESPINHEIRA, 1994).

O que, sim, está na história oficial é a abolição da escravidão: comemora-se o 13 de maio e cultua-se a Princesa Isabel por ter assinado a Lei Áurea. Todavia, essa ausência da lembrança da escravidão não se verifica apenas no discurso do poder. Nos blocos afros do carnaval da Bahia a escravidão tampouco aparece como tema enfatizado. O que se canta e representa é a liberdade dos grandes reinos antigos africanos, nos quais os negros eram livres. Assim, conclui o sociólogo Espinheira, “a lembrança da escravidão parece ter se esgotado como referencial de mobilização das populações negras das cidades brasileiras.” (ESPINHEIRA, 1994:75). Parece coerente, portanto, a política do patrimônio que não ergueu a escravidão como foco central na “recuperação” do Pelourinho.

Mas e se a patrimonialização tivesse se ancorado na memória recente do local? Como já foi dito no início deste trabalho, na década de 1970 se desenvolvia nas ruas do Pelourinho uma série de manifestações culturais que, em seu conjunto, iam se tornando referência para a cultura e a identidade negra de uma porção importante dos habitantes de Salvador. As Terças da Bênção, as missas da Igreja do Rosário dos Pretos, a música e os ensaios do conjunto Olodum, os bares tradicionais, os locais específicos do reggae e

os capoeiristas conformavam uma cultura viva, forte, resistente, ainda que de um setor dominado da sociedade: os negros pobres. Uma política do patrimônio baseada na memória recente teria necessariamente levado à valorização do componente humano que ali morava. No entanto, a pobreza desses humanos é que era o problema.

Outro seria o turista a visitar o Pelourinho se a “recuperação” não tivesse expulsado grande parte de sua população residente, aquela que deu lugar à peculiar cultura baiana descrita nos romances de Jorge Amado ou ao movimento cultural afro-baiano dos anos 70. Essa população, com seu cotidiano, suas formas de habitar, sua particular convivência diária, dar-lhe-ia um ritmo (certamente não tão “animado” quanto aquele promovido pela Agenda Cultural) que nos permitem duvidar da visitação desse bairro por parte do segundo e terceiro tipos de turistas descritos (que buscam e consomem cenários do típico e do exótico). Com efeito, podemos especular que se trataria de um espaço sem cenografia, apenas com contextos incertos, portanto muito vivo, pois “o que dá vida a um bairro antigo é sua indeterminação, o jogo de tensões que o atravessam ao ritmo de um constante reajuste vivido do espaço” (JEUDY, 2008: 108). Manter sua população teria feito do lugar um espaço com memória, vivo, não um “lugar de memória”, petrificado. Mas o patrimônio, na política patrimonial, pode ser tudo menos incerto: a incerteza não se vende facilmente.

Palavras finais

Quando o patrimônio é colocado em cena de tal forma que leva a estetizar objetos e espaços, ele está contribuindo para aumentar um tipo de turismo que só busca cenários pitorescos, objetos típicos ou experiências exóticas:

Um dos aspectos mais preocupantes do turismo em massa é a tendência que manifesta para se apropriar daquelas regiões precisamente mais distinguidas pela sua beleza natural e o interesse histórico, tornando-os centros prediletos das atividades menos inteligentes e mais neurotizadas. (TURNER & ASH, 1991:98).

O patrimônio, inversamente, deveria servir para pensar. Para isso, a forma como ele é colocado em cena (“montado”) deveria ser, ao mesmo tempo, estética, histórica, presente e humana. Os moradores deveriam permanecer morando no local, com dignidade e sem disfarçar suas condições sociais.

Através de diversas estratégias (textos, hipertextos, fotografias, relatos etc.), o visitante deveria ser levado a conhecer a história do local, da escravidão, da riqueza dos antigos donos dos casarões visitados e sua relação com o estilo barroco. Pelo contraste entre história barroca e opulenta e presente pobre e, ao mesmo tempo, espaço de afirmação de identidade negra, o visitante poderia refletir sobre os processos políticos que levaram a tais transformações.

A salvaguarda do patrimônio deveria servir, assim, para recordar e tirar lições, o que se torna possível mediante a analogia e a generalização, pois “quando abro a lembrança para a analogia e a generalização, a torno um *exemplum* e tiro lições: o passado se torna um princípio de ação para o presente” (TODOROV, 2004:31). E a analogia só pode emergir dos contrastes e da diversidade. Eis a proposta: ao lado de casarões antigos onde moram pessoas de carne e osso, poderia haver distintos tipos de museus trabalhando as diversas memórias contidas no local; os museus, por sua vez, poderiam se tornar “zonas de contato”, espaços onde a coleção se torna relação e onde os objetos não apenas apresentam, mas realmente representam (CLIFFORD, 1999); os casarões poderiam apresentar a longa lista de donos ao longo do tempo, através de fotos ou textos, e, assim, os objetos poderiam passar a ser historicizados; os textos apresentando locais específicos (como os bares tradicionais, o largo onde estava o pelourinho e ensaiava o grupo Olodum, por exemplo) seriam múltiplos, escritos pelos mais diversos atores e pontos de vista. O objetivo seria provocar no visitante os mais diferentes tipos de sensações e reflexões: implicá-lo, fazê-lo sair da simples admiração ou contemplação.

O ideal seria a preservação de um centro para que sirva de conhecimento do passado e não só de opiniões estéticas simplificadas (do tipo “muito lindo”), cuja visita ofereça informações e não apenas imagens, que provoque uma reflexão atualizada e não fique no passado pelo passado. A pergunta “para que lembrar?” se torna, pois, indispensável. Como é bem colocado por Pontalis:

lembrar é menos importante do que associar, associar livremente como se dedicavam a fazer os surrealistas, associar, isto é: “dissociar as relações instituídas, solidamente estabelecidas, para fazer surgir outras que com frequência são relações perigosas”. (PONTALIS apud AUGÉ, 1998:31).

Patrimonializar para subverter. Por que não?

Referências

- ARANTES, Otília
(2002) “Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.
- AUGÉ, Marc
(1998) *Las formas del olvido*. Barcelona: Gedisa.
- CANCLINI, Néstor García
(1990) *Culturas híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo.
- CHOAY, Françoise
(1992) *L'allegorie du patrimoine*. Paris: Seuil.
- CLIFFORD, James
(1999) *Itinerarios transculturales*. Barcelona: Gedisa.
- EPINHEIRA, Gey
(1994) “Branco na memória”. *Cadernos do CEAS*. Salvador, nº. 152, julho/agosto, p. 67-69.
- FREHSE, Fraya
(2011) *Ô da rua. O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- HIERNAUX, Daniel
(1996) “Elementos para un análisis sociogeográfico del turismo”. In: RODRIGUES, Adyr (org.). *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, p. 39-53.
- HUYSEN, Andreas
(2000) *Seduzidos pela memória. Arquitectura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- JEUDY, Henri-Pierre
(2008) *La machine patrimoniale*. Paris: Circé.
- LYNCH, Kevin
(1975) *De qué tiempo es este lugar? Para una nueva definición del ambiente*. Barcelona: Gustavo Gili.
- MARICATO, Ermínia
(2002) “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil”. In:
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.
- MONTOYA URIARTE, Urpi
(2012) “A invenção do Patrimônio”. *Número especial do Cadernos PPG-AU FAUFBA 10E* [18].
- (2003) “Intervenções recentes em centros históricos: as políticas de ‘recuperação’ dos Centros Históricos de Salvador, Lima e Quito”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº. 208, nov.-dez, p. 73-92.
- (2002) “Patrimônio, turismo e cultura. Análise do Centro Histórico de Salvador após sua ‘recuperação’”. *CNPq, Relatório final de pesquisa*, Salvador.
- NORA, Pierre
(1997) “Entre mémoire et histoire. La problematique des lieux”. In: NORA, Pierre (direction). *Les lieux de mémoire*. 1. Paris: Quarto Gallimard, p. 23-43.
- RAMA, Angel
(1985) *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense.
- SILVA, Fernando
(2003) *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: EDUSP, Editora Petrópolis.
- TODOROV, Tzvetan
(2004) *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa.
- (1991) *Nosotros y los otros*. México: Siglo XXI.
- TURNER, Louis & ASH, John
(1991) *La horda dorada*. El turismo internacional y la periferia del placer. Madrid, Endymion.
- UNESCO
(2009a)
Patrimônio cultural. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/> Acesso em 05/08/2009.

(2009b)

O Patrimônio: legado do passado ao futuro.
Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/patrimonio-legado-passado-futuro>. Acesso em 05/08/2009.

(1972) Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>, Salvador. Acesso em 05/08/2009.

URRY, John

(1996) *O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.* São Paulo: SESC/Studio Nobel.

Recebido em

maio de 2011

Aprovado em

julho de 2012